



EUROPEAN PARLIAMENT - Eurodeputada LILIANA RODRIGUES

GABINETE EUROPEU DA MADEIRA

Sessão Plenária de Bruxelas

26 e 27 de Abril de 2017

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a situação na Hungria

- **Sobre a Hungria e alguns números:**

Capital: Budapeste

População: 9 861 673

Regime Político: República parlamentarista

- Em 2016, apenas 425 dos 29.432 migrantes que tinham solicitado asilo na Hungria, obtiveram asilo.

- Neste momento, estima-se que 8.000 requerentes de asilo estejam na Sérvia a aguardar por permissão para passar para a Hungria.

- A Alemanha reenviou 11.998 requerentes de asilo para o país pelo qual estes migrantes entraram na União Europeia em 2016, mas somente 294 foram enviados para a Hungria.

- Cerca de 400 migrantes encontram-se na Hungria atualmente, de acordo com a ONG Comité de Helsínquia, grande parte já detidos nos centros fechados que foram criados pelo Governo húngaro.

- 70 mil pessoas manifestaram-se, no dia 10 de abril, contra o fecho da CEU, Universidade de Budapeste.

Mais estatísticas sobre a Hungria: <https://pt.actualitix.com/pais/hun/estatistica-apresentacao-hungria.php>

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development

Committee on Women's Rights and Gender Equality

Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759

Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759

www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Questões colocadas este ano pela Eurodeputada sobre a Hungria:**

Janeiro 2017:

“O Inverno veio agravar as condições de vida nos sobrelotados campos de refugiados da Grécia e também nos campos junto à fronteira da Sérvia com a Hungria. Deparamo-nos com imagens e testemunhos chocantes de milhares de seres humanos a enfrentarem temperaturas negativas sem proteção adequada. Esta situação está a ser denunciada por várias organizações internacionais como a ONU, a Amnistia Internacional ou os Médicos Sem Fronteiras, entre muitas outras. Há refugiados a morrer de frio na Europa.

Não entende a Comissão Europeia que, ao invés de atribuir a exclusividade das responsabilidades ao Governo grego, a prioridade deveria passar por exigir a solidariedade dos Estados Membros e acelerar urgentemente o processo de recolocação de refugiados e requerentes de asilo?

Que diligências concretas está a Comissão Europeia a tomar junto dos Estados Membros e do Conselho Europeu?

Em que ponto está a criação de instrumentos legais para os requerentes de asilo?”

Março 2017:

“Tendo em atenção o recente anúncio por parte de Viktor Orbán no sentido da construção de um “sistema de defesa maciço”, com o consequente reforço das vedações na fronteira da Hungria com a Sérvia, o aumento da presença policial e o recurso à força para impedir a entrada de migrantes no seu país.

Tendo em atenção a declaração de Viktor Orbán de que “se as palavras bonitas não funcionam, nós teremos de impedi-los pela força e iremos fazê-lo”.

Como pretende a Comissão Europeia fazer com que a Hungria cumpra com as suas obrigações enquanto membro da União Europeia, garantindo um processo legal e justo a todos aqueles que chegam às suas fronteiras, que são também as da União Europeia?

Que medidas concretas está a implementar a Comissão Europeia face a um Estado-Membro que, de forma manifesta e sistemática, viola os princípios fundamentais da União Europeia e a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, promovendo práticas discriminatórias e xenófobas?”

Março 2017:

A escalada de atropelos à democracia e aos direitos humanos por parte do Governo húngaro aparenta não ter limites. Esta semana subimos da contratação de cerca de três milhares de “caçadores de migrantes” para constituir uma milícia encarregue de patrulhar a fronteira da Hungria. Estes “caçadores de migrantes”, que não integram a força policial ou militar, terão direito a posse de arma de fogo, bastões, gás pimenta e algemas.

1. Até quando a Comissão Europeia vai tolerar os ataques de Viktor Orbán e do seu Governo ao Estado de Direito, à liberdade política e democrática e ao trabalho das Organizações Não Governamentais?
2. Como encara a Comissão a contratação de denominados “caçadores de migrantes” com direito a posse de arma de fogo, bastões, gás pimenta e algemas por parte de um Estado Membro?

3. Se a Comissão Europeia coloca a hipótese de penalização através dos fundos europeus aos países que não cumprem algumas décimas do défice, não entende que a mesma penalização se deveria colocar, de forma mais justificada, a um país que, de forma reiterada e sem mostrar receio de quaisquer consequências, viola os direitos humanos dentro da UE?

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a situação na Hungria

- **Fonte 1: Público - 10 de Abril de 2017**

Link: <https://www.publico.pt/2017/04/10/mundo/noticia/hungaros-desafiam-lei-de-orban-para-fechar-universidade-financiada-por-soros-1768334>

Húngaros desafiam lei de Orbán para fechar Universidade financiada por Soros

Primeiro-ministro húngaro elege novo alvo, a CEU, bastião do pensamento liberal de Budapeste.

O Presidente da Hungria, János Áder, assinou ontem **uma lei polémica, feita à medida para fechar uma Universidade de Budapeste**, e que levou a um dos maiores protestos de rua contra o Governo de Viktor Orbán, no domingo, na capital.

Áder é do Fidesz, **o partido de Viktor Orbán, que promoveu a lei sobre ensino superior que obriga instituições de ensino presentes na Hungria a ter actividades de ensino no seu país de origem. A lei ajusta-se a um caso: a Central European University (CEU)**, fundada por George Soros, que teria de fazer uma escolha: ou encerrar ou abrir um campus nos EUA.

Nas ruas, cerca de 70 mil pessoas entoaram slogans pela liberdade - "Um país livre, uma universidade livre", pediam - ou contra o Governo - "Viktator!", gritavam.

O caso provocou ainda protestos de académicos de todo o mundo e também reacções políticas: o próprio grupo do Parlamento Europeu a que pertence o Fidesz, o PPE, criticou a acção contra "a liberdade de pensamento, investigação e expressão", e os Estados Unidos vão enviar um representante do Departamento de Estado a Budapeste para se reunir com o Governo, e têm também marcado encontro com responsáveis da Universidade.

Orbán recebeu bolsa de Soros

Orbán, que em 2014 disse que a Hungria seguiria um modelo de democracia "iliberal", foi apoiante de Donald Trump e encontra-se no campo oposto a George Soros, americano nascido na Hungria, sobrevivente do Holocausto e que defendeu a campanha de Hillary Clinton.

Há várias ironias na história dos dois homens. Orbán chegou a receber uma bolsa da fundação de Soros para estudar quatro meses em Oxford nos anos 1980; Soros deu verbas para uma campanha para eleições livres organizada por uma aliança de jovens democratas, que mais tarde se transformou no Fidesz. Mais de 25 anos depois, Orbán defende agora um modelo nacionalista fechado a outras culturas, Soros continua a defender sociedades abertas.

Se Orbán esperava apoio americano nesta questão (afinal, Soros chegou a referir-se a Trump como "um vigarista"), este não chegou. A CEU "tem apoio bipartidário", disse o Departamento de Estado dos EUA.

O Governo Orbán apresenta a medida sobre as universidades como necessária para impedir concorrência desleal, pois os diplomas da CEU são reconhecidos na Hungria e também nos EUA. No entanto, o Executivo não esconde a animosidade face a organizações financiadas por Soros, acusando-as de fomentar problemas no país para tentar afastar o primeiro-ministro do poder. Um porta-voz declarou que a posição de Soros "tentar alterar a situação política interna na Hungria" tinha de ser avaliada como uma questão de segurança nacional.

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

O Governo do Fidesz tem levado a cabo, desde 2010, várias medidas de enfraquecimento de instituições democráticas como o sistema judicial (despedindo juízes e deixando-o entregue aos seus fiéis), os media ou o ensino.

Mas se muitas destas medidas encontraram uma rejeição comedido entre os húngaros, a opinião pública tem reagido mais a alguns acontecimentos recentes: um movimento popular conseguiu juntar assinaturas para forçar um referendo sobre a candidatura de Budapeste às Olimpíadas, vistas como uma oportunidade para proporcionar negócios às empresas de aliados de Orbán – o Governo, temendo perder a votação, retirou a candidatura – e agora a ameaça sobre a CEU mobilizou grandes protestos.

A Universidade fundada em 1991 tem sido precisamente um centro de pensamento liberal, quase o último do género numa Hungria cada vez mais à imagem de Orbán. Um dos seus professores, András Bozoki, dizia ao diário El País que a Hungria está a converter-se numa "autocracia moderna". Em 2014 houve eleições, "livres, mas injustas", defende: "não há imprensa livre, nem um jogo político justo".

- **Fonte 2: Diário de Notícias - 7 de Março de 2017**

Link: <http://www.dn.pt/mundo/interior/hungria-levanta-nova-vedacao-na-fronteira-com-a-servia-5694905.html>

Hungria aprova detenção automática de migrantes que entram no país

Esta medida será aplicada tanto aos migrantes recém-chegados como aos requerentes de asilo que já estão no país

O Parlamento húngaro aprovou hoje a reintrodução da detenção sistemática de todos os migrantes que entram no país, uma medida retirada em 2013 sob pressão da União Europeia e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

A nova lei, adotada com 138 votos a favor, seis contra e 22 abstenções, prevê que os migrantes sejam colocados numa "zona de trânsito" na fronteira sérvia e croata, onde serão detidos até uma decisão definitiva em relação ao seu pedido de asilo.

Esta medida será aplicada tanto aos migrantes recém-chegados como aos requerentes de asilo que já estão no país, que somavam 586 pessoas em fevereiro.

Há um mês, o chefe de gabinete do primeiro-ministro Viktor Orban, Janos Lazar, disse que os migrantes seriam alojados em contentores transformados para o efeito residência.

A Hungria havia desistido, em 2013, da detenção sistemática de migrantes sob pressão da UE, do ACNUR e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

No entanto, Viktor Orban já havia dito em janeiro que iria promover a reintrodução destas medidas e que seria "abertamente contra a UE".

Em 2016, dos 29.432 migrantes que tinham solicitado asilo na Hungria apenas 425 o obtiveram. A esmagadora maioria dos migrantes que passam pela Hungria seguem caminho, com o objetivo de chegar à Europa Ocidental.

A Hungria recebeu desde 01 de janeiro cerca de 345 migrantes, de acordo com o Ministério do Interior húngaro.

O Governo húngaro também disse que irá construir uma segunda barreira nas suas fronteiras, como já o fez em 2015 na fronteira com a Sérvia.

- **Fonte 3: Diário de Notícias - 28 de Fevereiro de 2017**

Link: <http://www.dn.pt/mundo/interior/hungria-levanta-nova-vedacao-na-fronteira-com-a-servia-5694905.html>

"Não" às quotas

No início de outubro, os húngaros foram chamados a votar em referendo o projeto da União Europeia para distribuir os refugiados pelos vários Estados membros através de um sistema de quotas. "Quer que a UE possa ordenar à Hungria o acolhimento obrigatório de cidadãos não húngaros sem o consentimento do Parlamento?". Esta era a questão que aparecia nos boletins de voto, com duas hipóteses de resposta: sim e não.

Votos contados, o "não" venceu com 98%, mas, com o boicote dos partidos da oposição, a abstenção foi de 56% - o que tornou o referendo inválido. Ainda assim, Orbán decidiu avançar com uma proposta de alteração ao texto constitucional de forma a inscrever na lei fundamental a impossibilidade de a UE obrigar a Hungria a receber refugiados. A emenda, porém, chumbou no Parlamento húngaro no dia 8 de novembro, tendo ficado a apenas dois votos da necessária maioria de dois terços. **[Notícia incompleta; ver mais no link]**

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a situação na Turquia

- **Sobre a Turquia e alguns números:**

Capital: Ancara

População: 75 932 348

Regime Político: República

- Taxa de desemprego: 10,76% (FMI, 2015);

- Erdogan obteve 51,3% dos votos dos eleitores (contagem de 99% do total de votos);

- Um milhão de 200 mil foi a diferença de votos entre o 'sim' e o 'não';

- Turquia tem 55 milhões de eleitores;

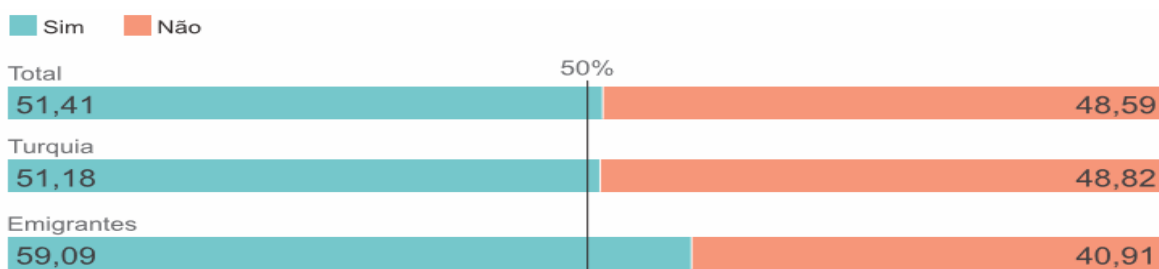
- Campanha nos media a favor do 'sim' superou largamente o tempo de antena do 'não';

- Oposição lançou dúvidas em relação à contagem de 37% dos votos;

- O país encontra-se em estado de emergência, após o golpe falhado de 15 de julho de 2016, onde morreram 265 pessoas e centenas ficaram feridas;

- Erdogan é presidente da Turquia desde 2014. Antes tinha sido primeiro-ministro, entre 2003 e 2014. Com a vitória de 16 de abril, pode ficar na presidência até 2029;

- 380.000 polícias e guardas foram deslocados em todo o país para garantir a segurança do referendo;



O “não” ganhou nas três maiores cidades e no Sudeste curdo



Imc

Fonte: Reuters

- **O que muda com o referendo:**

Em termos gerais, a Turquia deixa de ser uma república parlamentar (mais próxima do sistema português), para se tornar uma república presidencialista (semelhante ao regime dos EUA). As

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development

Committee on Women's Rights and Gender Equality

Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759

Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759

www.gabineteuropeudmadeira.com

mudanças permitirão que Erdogan possa concorrer mais duas vezes, podendo assim continuar na presidência até 2029.

- Em 2019 deixa de existir o cargo de primeiro-ministro. O presidente do país passa a ser chefe de Estado e de Governo ao mesmo tempo.

- Os ministros são escolhidos pelo presidente e é criada a figura de vice-presidente, podendo haver vários.

- Presidente deixa de estar obrigado a uma neutralidade política e pode manter laços de filiação com partidos. Erdogan poderá assim reassumir a liderança do AKP.

- Deputados mantêm poder legislativo, mas perdem poder de escrutínio e de interpelação.

- Parlamento passa a ter 600 deputados em vez dos atuais 550 e os mandatos passam a ser de cinco em vez de quatro anos.

- Presidente passa a nomear quatro dos 13 juizes do Supremo Tribunal de Justiça do país.

- Tribunais militares serão abolidos.

- Presidenciais e parlamentares passam a ser disputadas no mesmo dia, de cinco em cinco anos.

- O Presidente pode dissolver o Parlamento e assim provocar eleições antecipadas. Mas o Parlamento também pode dissolver-se a si próprio com uma maioria de três quintos. Como as eleições parlamentares e presidenciais são no mesmo dia, isto significa que o Presidente ao dissolver o Parlamento está também a pôr um fim ao seu mandato e que o Parlamento ao autodissolver-se faz caducar a presidência. Se a iniciativa partir do Parlamento e acontecer durante o segundo mandato presidencial, o Presidente passa a poder candidatar-se uma terceira vez.

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a situação na Turquia

- **Fonte 1: RTP Notícias - 17 de Abril de 2017**

Link: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/estado-de-emergencia-na-turquia-prolongado-apos-o-referendo_n995737

Estado de emergência na Turquia prolongado após o referendo

Um milhão e meio de votos apenas foram decisivos para a vitória de Erdogan. Foi a margem mais curta de sempre para uma vitória eleitoral do Presidente turco em 15 anos e irregularidades na validação de milhão e meio de boletins deverão ser o argumento da oposição para contestar os resultados do referendo de domingo.

De acordo com a televisão CNN Turk, o estado de emergência vai ser prolongado no país.

O executivo irá reunir-se dentro de algumas horas para decidir sobre a questão, de acordo com a recomendação do conselho de Segurança Nacional, afirmou à televisão A Haber o vice-primeiro-ministro Nuretin Canikli.

Apesar da vitória, Erdogan já afirmou claramente que não pretende dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas. As alterações ao regime político turco previstas no referendo só deverão aliás entrar em vigor completamente em novembro de 2019, após novo ato eleitoral.

O país está dividido ao meio, com as zonas urbanas e o sudeste curdo a contestar o presidencialismo e as zonas mais rurais a favorecer o Presidente. A diferença entre o 'sim' vitorioso e o 'não' derrotado foi apenas de um milhão e 200 mil votos. A validação de um milhão e meio de votos não carimbados deverá por isso ser o principal argumento da oposição para contestar os resultados. Tem dois dias para o fazer.

A comissão eleitoral já veio dizer contudo que a decisão de validar votos não carimbados não é inédita. Em declarações aos jornalistas esta manhã, Sadi Guven, presidente da Comissão Eleitoral, YSK, referiu nomeadamente que apesar de não estarem carimbados, tanto os envelopes como os boletins validados à última hora eram válidos. A decisão de os validar foi tomada antes dos resultados serem introduzidos no sistema, acrescentou.

Sadi Guven afirmou também que tantos membros do partido do poder, o AKP, como representantes da oposição estiveram presentes nas assembleias de voto. Há contudo informações de que milhares de eleitores em todo o país se queixaram de terem sido impedidos de votar livremente.

As acusações de fraude invadiram as redes sociais e não é claro até onde poderá ir a contestação popular. O líder do principal partido da oposição, o CHP (Partido Popular Republicano), apelou esta segunda-feira à anulação do referendo.

"Neste momento é impossível determinar quantos votos desses existem e quantos foram carimbados à posteriori. A única decisão de porá fim ao debate sobre a legitimidade (do voto) e aliviar as preocupações políticas das pessoas é a anulação desta eleição pelo YSK", referiu Bulent Tezcanm, líder do CHP, em conferência de imprensa.

Logo depois do anúncio da vitória do 'sim' registaram-se confrontos em Ancara - onde o 'não' venceu - mas ninguém foi preso. Os observadores internacionais veem pouca margem para a oposição ganhar a contestação dos resultados.

Segunda-feira, a Missão de observação da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa, OSCE, vai dar uma conferência de imprensa para dar conhecimento do que observou nas assembleias de voto na Turquia.

UE suspensa

A chanceler alemã já apelou a um "diálogo respeitoso" na Turquia. A Comissão Europeia afirma que um resultado tão renhido implica que Ancara tenha de procurar "um consenso nacional abrangente" na implementação dos resultados.

Portugal afirmou esta manhã que o resultado do referendo na Turquia mostra um País bastante dividido. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, afirma que a posição Portuguesa é transparente e a favor da integração.

Sobre as relações com a União Europeia, o vice-primeiro-ministro turco Mehmet Simsek disse em entrevista à agência Reuters esta manhã, que a crispação registada no último mês deverá abrandar.

Os resultados do referendo tornam mais remota a eventual adesão da Turquia à UE, sobretudo quando o Presidente turco admite referendar a reposição da pena de morte. Paris já disse que uma tal consulta seria "uma rutura com os valores" europeus.

As relações entre Ancara e Bruxelas deverão desenhar-se ao longo de áreas de "interesse comum" referiu Simsek. Ancara pode pressionar o bloco europeu ameaçando abandonar o acordo financeiro pelo qual bloqueia a travessia de migrantes para a Europa

"Ontem o Presidente foi muito claro quando disse que haverá eleições em novembro de 2019", disse o vice-primeiro-ministro esta manhã à Reuters. "Temos trabalho a fazer", acrescentou.

Com as alterações à Constituição turca o Presidente será o chefe de Governo, nomeando os membros do executivo e um número indefinido de vice-presidentes, sendo-lhe ainda permitido seleccionar, nomear e remover altos funcionários públicos sem aprovação parlamentar.

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a gestão das frotas de pesca registadas nas RUP

- Fonte 1: pescadores.com - Abril 2017

Link: <http://www.pescadores.com/noticias/regionais/serrao-santos-defende-mais-apoio-as-pescas-das-rup/>

Serrão Santos defende mais apoio às pescas das RUP

O eurodeputado, Ricardo Serrão Santos, defendeu, esta sexta-feira, em Bruxelas, numa intervenção no IV Fórum das RUP, que a União Europeia deveria desenvolver um sistema paralelo ao FEAMP (Fundo Europeu para Assuntos Marítimos e das Pescas) para financiar a pesca nas Regiões ultraperiféricas. “Um instrumento de financiamento, criado com base no Artigo 349.º do Tratado de Funcionamento, semelhante ao que tem sido aplicado com sucesso no mundo da agricultura através do POSEI, seria adequado para as pescas. Isso mesmo está refletido nas emendas já aprovadas no recente relatório de iniciativa da Comissão das Pescas sobre – A gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas –”, afirmou o parlamentar europeu.

O eurodeputado chamou a atenção para as falhas dramáticas no FEAMP, “os profissionais da pesca não receberam apoios de 2014 a 2016, um atraso que teve impactos financeiros muito significativos num sector que luta com dificuldades. Em 2017 receberam os valores retroactivos, é certo. Porém, a falta de liquidez naqueles dois anos foi uma chaga difícil de debelar”.

Para Serrão Santos um instrumento específico “poderia servir para apoiar a renovação das frotas de pesca das RUP, que, nalguns casos, não respondem às necessidades de segurança, de qualidade do pescado e de adequação ambiental. Utilizando este novo instrumento, independente da Política Comum de Pescas, evitar-se-ia abrir uma caixa de Pandora no quadro legal estabelecido e reequilibrava-se, com justiça e fundos públicos, as assimetrias e as vulnerabilidades observadas nas RUP, entre as quais a fragilidade em relação às frotas industriais”.

O eurodeputado salientou que, apesar da sua inadaptação às especificidades das RUP, o FEAMP é um bom instrumento. Pecou, desde logo, por ter demorado vários anos a ser implementado mas também por não se ter mostrado muito versátil. Este fundo, com uma dotação de 6.4 mil milhões de euros para o período 2014/2020, abrange temáticas muito diversas. Como são os casos dos apoios ao transporte de pescado para os mercados centrais, para a aquisição de equipamentos que aumentem a segurança ou a performance ambiental das embarcações, à promoção do pescado ou mesmo o apoio a medidas que contribuam para a implementação de áreas marinhas protegidas.

- **Fonte 2: Diário de Notícias da Madeira - Março 2017**

Link: <http://www.dnoticias.pt/mundo/aprovado-novo-fundo-europeu-para-as-pescas-nas-rup-CA1103361>

Aprovado novo fundo Europeu para as Pescas nas RUP

A Comissão de Pescas do Parlamento Europeu aprovou hoje um relatório que defende a criação de um novo fundo europeu das Pescas especificamente direcionado para as RUP, em tudo semelhante ao POSEI Agricultura.

A eurodeputada madeirense Cláudia Monteiro de Aguiar assumiu a liderança deste importante dossier, em nome do Partido Popular Europeu, salientando que “conhecendo a realidade da pesca na RAM, em particular as dificuldades dos pescadores ultraperiféricos, no geral, não poderíamos deixar de querer a criação de um fundo específico para as Pescas nas RUP. Este instrumento é fundamental para alavancar o desenvolvimento do sector pisqueiro nas Regiões Ultraperiféricas e deverá contribuir decisivamente para melhorar as condições económicas e sociais daqueles que dependem do sector.”

O relatório bastante controverso e envolto em polémica no parlamento desde o seu início, devido ao facto da relatora socialista não ser favorável aos fundos específicos para as RUP, sofreu agora alterações significativas após um forte trabalho negocial dos eurodeputados representantes das Regiões Ultraperiféricas.

A eurodeputada madeirense salientou ainda a importância de se continuar a trabalhar afinadamente para sensibilizar os socialistas europeus para a importância da renovação da frota pesqueira, um assunto que o PSD assume como sendo estratégico no Parlamento Europeu e que não tem recolhido o apoio dos socialistas europeus que hoje se abstiveram ou votaram contra.

Cláudia Monteiro de Aguiar salientou ainda que “é mais importante do que nunca estar ao lado dos pescadores, compreender as suas dificuldades e anseios por forma a legislarmos melhor. Por exemplo, em relação às quotas de pesca, estas devem ser aumentadas sempre que os estudos científicos assim o determinem, que se aumente as ações de formação por forma a atrair cada vez mais jovens para a arte da pesca e que se aposte cada vez mais na aquacultura enquanto fonte de geração de riqueza e criação de emprego”.

O relatório intitulado “A gestão das frotas de pescas nas Regiões Ultraperiféricas” foi aprovado com 18 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções, devendo agora ser discutido e votado no Plenário do Parlamento Europeu, esperando-se que essa votação se venha a realizar em Abril próximo.

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a gestão das frotas de pesca registadas nas RUP

Quarta-feira, dia 26

Apresentação de Relatórios:

Relatório sobre “A gestão das frotas de pesca registadas nas regiões ultraperiféricas”.

Relator: Ulrike Rodust (S&D)

Comissão das Pescas

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- As RUP são constituídas por nove regiões da UE que pertencem a França (Guadalupe, Guiana Francesa, Reunião, Martinica, Maiote e São Martinho), a Portugal (Madeira e Açores) e a Espanha (ilhas Canárias). À exceção da Guiana Francesa, essas regiões são ilhas e arquipélagos e vários aspetos distinguem nas de outras regiões da UE.

- Nos últimos anos aumentou a pressão de pesca na zona económica exclusiva (ZEE) de algumas RUP, entre as 100 e as 200 milhas, sendo a pesca exercida predominantemente por frotas não pertencentes às respetivas RUP

- As RUP registam alguns dos níveis de desemprego mais elevados da UE.

- Açores tinham, em 2015, uma taxa de desemprego jovem (15-24 anos) de 41,5 por cento. As Canárias de 53,5%. O “campeão” das RUP do desemprego jovem é Maiote, com uma taxa de 60,7%.

- **Na Madeira**, no domínio da pesca, **de janeiro a setembro de 2016** houve um aumento homólogo nas quantidades capturadas de pescado e por uma redução no valor de primeira venda. Com efeito, o volume de pesca descarregada fixou-se em 4 929,1 toneladas (+2,0%), enquanto o valor comercializado em primeira venda rondou os 12,9 milhões de euros (-1,7%). Apesar de ter registado uma quebra nas quantidades capturadas de 3,2%, a espécie com maior volume de capturas nos primeiros nove meses deste ano foi o atum e similares (52,7% do total). Porém, o valor de comercialização dos tunídeos cresceu 2,2%. A captura de peixe-espada preto diminuiu 3,9%, enquanto o seu valor de primeira venda caiu 2,0%. O preço médio de pescado apurado na primeira venda para o período em referência foi de 2,61€ (2,70€ no mesmo período de 2015). No caso do atum e similares este indicador atingiu 2,62€ (2,48€ no período homólogo) e para o peixe-espada preto os 3,64€ (3,57€ nos primeiros nove meses do ano precedente).

- Em 2011, a Madeira tinha 639 pessoas empregada na pesca. (79 sem nenhum nível de ensino, 336 com o primeiro ciclo, 124 no segundo ciclo, 71 no terceiro ciclo, 18 com o secundário, 1 com ensino pós secundário e 10 com o ensino superior.

- Em 2011, os Açores tinha 1715 pessoas empregadas na pesca. (342 sem nenhum nível de ensino, 731 com o primeiro ciclo, 435 no segundo ciclo, 160 no terceiro ciclo, 34 com o secundário, 1 com ensino pós secundário e 12 com o ensino superior.

- As zonas económicas exclusivas (ZEE) das RUP representam 2 507 537 km², ou seja, o equivalente à totalidade das ZEE continentais da União Europeia.

- **Processo de fontes:**

- **Com o seguinte relatório a relatora** sublinha a necessidade de manter o equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca no respeito do princípio da precaução e tendo em conta as realidades socioeconómicas; não obstante, este não pode justificar um desinvestimento na recolha de dados e na melhoria do conhecimento científico sobre os ecossistemas marinhos; solicita-se uma revisão da distribuição de quotas para certas espécies (como o aumento da quota do atum rabilho nos Açores), bem como a abertura de possibilidades de captura de outras (como a gata-lixia), com base em estudos científicos e do no reforço das capacidades técnicas e materiais de avaliação dos ecossistemas.

- A relatora observa também que, devido às dificuldades climáticas específicas das RUP, os pescadores destas regiões se veem confrontados com o envelhecimento precoce dos seus navios, o que cria problemas à sua segurança e eficácia e proporciona condições de trabalho menos atrativas do que os navios modernos;

- Faz notar a dificuldade, e até a impossibilidade, de acesso de alguns pescadores nas RUP a crédito e/ou a seguros para os respetivos navios, o que causa problemas de segurança e, consequentemente, restrições económicas para estes pescadores;

- Lembra que, nas RUP, os pequenos barcos de pesca representam a grande maioria dos navios registados; sublinha que, em determinadas RUP, a idade dos pequenos navios ultrapassa, em média, os 40 anos, o que coloca verdadeiros problemas de segurança;

- Salaria que, dado que a aquicultura pode gerar novas possibilidades de produção e de produtos de elevada qualidade, o seu potencial deve ser explorado de forma mais eficaz nas RUP – com o forte apoio da União Europeia, dada a forte concorrência regional – e exorta a Comissão a encorajar e a apoiar projetos de desenvolvimento da aquicultura;

- **Exposição de motivos**

- As RUP consideram que frotas mais modernas permitiriam diversificar a pesca e as zonas de pesca, aumentar a eficiência energética dos motores, cumprir as normas da UE em matéria de segurança e higiene e melhorar a qualidade das pescarias.

- A relatora pretende, com este relatório de iniciativa, ter principalmente em conta as seguintes questões:

1. Como podem as RUP utilizar melhor os seus recursos haliêuticos?
2. Em que medida as regras de gestão das frotas no contexto da PCP têm suficientemente em conta as especificidades do setor da pesca nas RUP?
3. As condições existentes nas RUP justificam a adoção de uma abordagem diferente no que diz respeito à gestão das frotas de pesca?
4. O atual quadro político está incompleto ou pode ser melhorado e, em caso afirmativo, de que forma?

- **À exceção de alguns grandes navios, essencialmente nas ilhas Canárias, as frotas de pesca das RUP consistem, na sua grande maioria, em pequenas embarcações com dimensão inferior a 12 m.** Por conseguinte, importa ter presente este facto aquando da adoção de medidas para as RUP. Os baixos níveis de investimento nas frotas de pesca prejudicam os esforços empreendidos no sentido de aumentar os níveis de emprego, a atratividade do setor, as competências e a formação dos (potenciais) pescadores.

- **Ao passo que as embarcações de pequena dimensão nas RUP francesas e nos Açores são relativamente mais recentes do que os navios em França e em Portugal, os navios nas Canárias e na Madeira são mais antigos do que os navios do continente.** Embora o número total de navios de pesca tenha diminuído em todas as RUP

- Ao abrigo do FEAMP, o regime de compensação dos custos suplementares incorridos pelas RUP foi alargado, em comparação com o período de programação anterior. A dotação financeira aumentou para cada Estado-Membro, passando de 15,6 para 27,5 milhões de euros no total.

- A relatora considera que o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (CLLD) constitui um bom instrumento de apoio estrutural e financeiro. O CLLD surgiu da ideia de reunir intervenientes públicos, privados e da sociedade civil para promover as zonas de pesca locais, podendo, por exemplo, conduzir à criação de produtos de alta qualidade através da profissionalização do setor (também a montante e a jusante) e desenvolver infraestruturas para o desembarque. Os Grupos de Ação Local da Pesca («GAL-Pesca») beneficiam do apoio do FEAMP e de outros fundos. A percentagem da ajuda disponibilizada ao CLLD pode ir dos 50 até aos 100 %.

- **Recomendações e conclusões**

- O apelo das RUP à possibilidade de renovarem e modernizarem as respetivas frotas constitui o grande objetivo e a razão principal da elaboração do presente relatório. As RUP afirmam que as suas especificidades justificam a renovação e a modernização das frotas.

- Existe financiamento a nível da UE e o FEAMP tem em conta as condições específicas das RUP. Em comparação com o continente, as RUP recebem 35 % de ajuda suplementar para a substituição de motores.

- Devem ser envidados todos os esforços possíveis para que o setor da pesca nas RUP não fique em desvantagem.

- **Parecer da Comissão dos Orçamentos:**

- A frota de pesca baseada nas RUP é composta maioritariamente por embarcações antigas com menos de 12 metros, que não beneficiaram de auxílios à modernização de navios, o que põe em risco a segurança das embarcações e afeta as condições de trabalho a bordo;

- A crise económica foi sentida de forma particularmente forte nas RUP e os respetivos setores das pescas devem ser considerados no contexto de situações estruturais, sociais e económicas específicas;

- Faz notar as dificuldades, e inclusive a impossibilidade, que se colocam a alguns pescadores nas RUP a nível da capacidade de acesso ao crédito e/ou a seguros para os seus navios;

- Propõe o aumento da intensidade da ajuda para a substituição de motores nas RUP quando os dados científicos indicarem que as condições climáticas e as alterações climáticas têm um impacto claramente negativo nas frotas dessas regiões;

- Propõe, por conseguinte, o estabelecimento de um fundo específico para as pescas nas RUP após 2020, que tenha por base o modelo do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI), o qual demonstrou a sua eficácia no apoio à agricultura nessas regiões; recomenda, em particular, que um tal fundo permita, no respeito pelos objetivos da pesca sustentável e das populações de peixes saudáveis, a ajuda à renovação das frotas nessas

regiões, incluindo as embarcações de pesca artesanal e tradicional que desembarcam as respetivas capturas nos portos dessas regiões.

- **Parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional:**

- As RUP se caracterizam, em particular, pela subexploração dos recursos haliêuticos e por frotas compostas maioritariamente por embarcações antigas e de pequena dimensão;

- Salienta que o apoio à atividade da pesca sustentável nas RUP é crucial para assegurar o desenvolvimento económico, social e ecológico destas regiões, bem como a maximização do desenvolvimento do respetivo potencial; sublinha igualmente que a atividade da pesca representa um setor com forte potencial de criação de postos de trabalho, que contribui para fixação das populações e para as tornar mais prósperas e RR\1122198PT.docx 23/28 PE593.957v02-00 PT.

- Sublinha a ligação entre a segurança alimentar e o estabelecimento de uma pesca sustentável nas RUP; insiste, neste contexto, na necessidade de garantir o contributo da pesca local para a concretização do objetivo da segurança alimentar das populações locais, uma vez que, neste momento, a segurança alimentar das RUP depende excessivamente das importações;

- Reconhece que a complexidade da regulamentação europeia e os condicionalismos que ela coloca, nomeadamente ao nível do direito da concorrência, podem constituir um entrave à criação e ao desenvolvimento das atividades da pesca nas RUP; solicita a simplificação ou a mudança dos regulamentos em futuras revisões, a fim de facilitar a organização dos pescadores das RUP em setores de atividade nas RUP na perspetiva do acesso aos fundos, maximizar o desempenho dos financiamentos provenientes da União Europeia e otimizar as vantagens das pescas nestas regiões, para além da criação de atividades económicas adicionais para o trabalho enquanto tal no referido setor, da prossecução do combate à fraude e da salvaguarda da utilização sustentável dos recursos das pescas naquelas regiões

Links úteis: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A8-2017-0138&language=PT>

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a criação de condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional

- Fonte 1: eurofund.europa.eu - 2015

Link: https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1568pt.pdf

Utilização do tempo e equilíbrio entre vida profissional e privada:

A consecução do objetivo da Estratégia Europa 2020 de aumentar para 75 % a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos depende em grande medida do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho na Europa. Para garantir uma maior participação das mulheres, é necessário compreender a interação do tempo de trabalho com outras vertentes do tempo, como o tempo das deslocações entre casa e trabalho e o trabalho não remunerado. As conclusões confirmam a existência de desigualdades entre homens e mulheres na partilha de responsabilidades na prestação de cuidados e no trabalho doméstico não remunerado, sendo que são as mulheres que realizam a maior parte do trabalho não remunerado.

O indicador composto do IECT respeitante ao tempo de trabalho remunerado e não remunerado – que inclui o trabalho remunerado no emprego principal e no segundo emprego, o tempo das deslocações entre casa e trabalho e o trabalho não remunerado (ligado principalmente aos cuidados aos filhos e a outras pessoas dependentes) – mostra que, de um modo geral, o número de horas de trabalho é mais elevado para as mulheres quando calculadas as horas de trabalho remunerado e não remunerado.

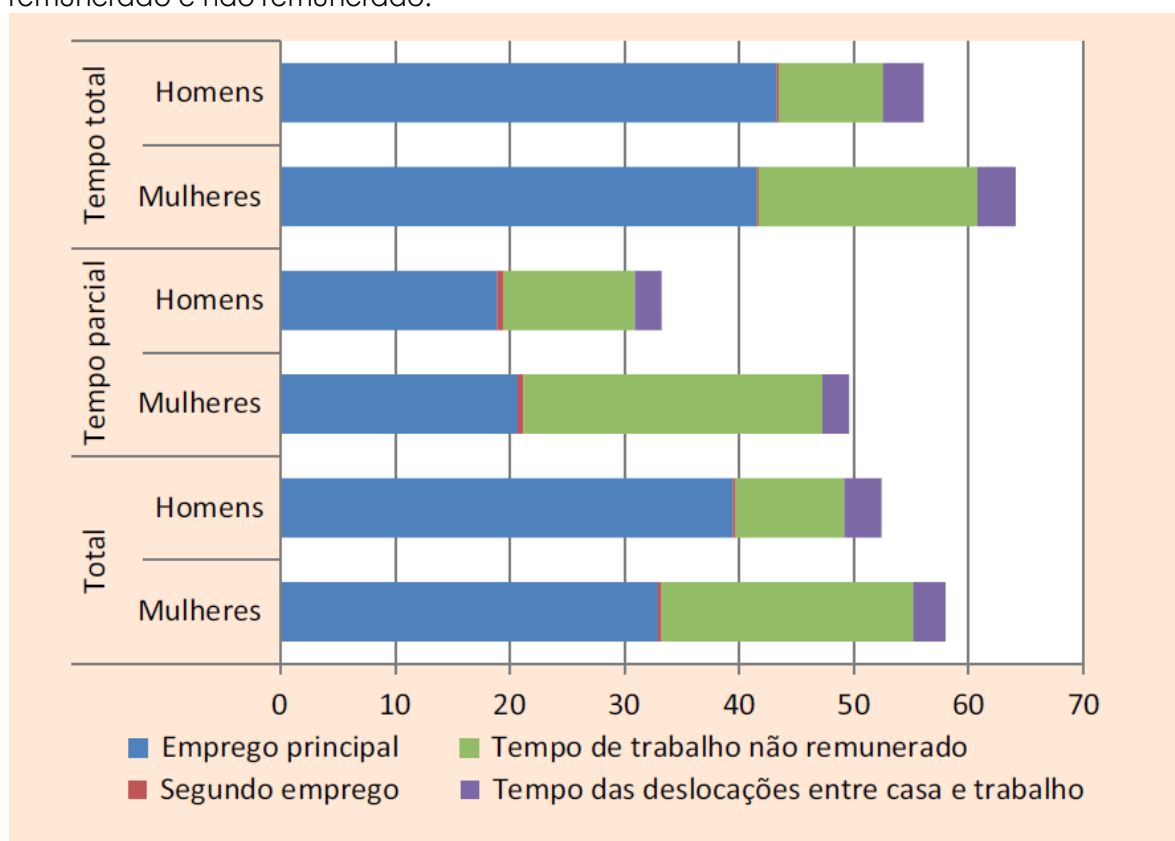


Imagem 1) Horas de trabalho remunerado e não remunerado de homens e mulheres

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a criação de condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional

Quarta-feira, dia 26

Declaração da Comissão:

Relatório sobre “a criação de condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional”.

Relatores: Vilija Blinkeviciute (S&D) e Tatjana Zdanoka (Greens)

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- Em 2014, nasceram 5,1 milhões de crianças na UE-28, o que corresponde a uma taxa bruta de natalidade de 10,1. Comparativamente, esta taxa era de 10,6 em 2000, 12,8 em 1985 e 16,4 em 1970;

- A União enfrenta um grave desafio demográfico com origem numa diminuição cada vez mais acentuada das taxas de natalidade na maioria dos Estados-Membros, o que está transformar progressivamente a União numa sociedade gerontocrática e constitui uma ameaça direta ao crescimento e ao desenvolvimento económico e social;

- A igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental da União Europeia, e [que os artigos 21.º e 23.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia](#) proíbem a discriminação com base no sexo e exigem que seja garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, inclusive em matéria de conciliação entre a vida pessoal e profissional;

- Há quase um século, em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) instituiu a regra de oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para estar com a família e para o lazer;

- Em 2015, [a taxa de emprego dos homens era de 75,9 % na UE-28, contra 64,3 % para as mulheres](#), embora as mulheres possuíssem um nível de habilitações mais elevado. O número de mulheres no mercado de trabalho é ainda mais baixo se as taxas de emprego forem calculadas em equivalentes a tempo inteiro, uma vez que a percentagem de emprego a tempo parcial entre as mulheres é bastante elevada nalguns Estados-Membros;

- Em 2013, os homens prestaram 47 horas semanais de trabalho remunerado, contra 34 horas para as mulheres;

- Se combinarmos as horas de trabalho remunerado e não remunerado em casa, as mulheres jovens trabalharam, em média, 64 horas, contra 53 horas de trabalho para os homens jovens. Estas políticas impedem que se alcance [o objetivo de uma taxa de emprego das mulheres de 75 %](#) (atualmente situada nos 63,5 %), estabelecido na Estratégia Europa 2020;

- Nos 28 Estados-Membros da UE, pelo menos 34 % das mães solteiras estão em risco de pobreza e as crianças nestas famílias estão sujeitas a um risco desproporcionadamente maior da transmissão intergeracional da pobreza;

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- A disparidade salarial entre homens e mulheres situa-se nos 16,3 % e as formas atípicas e precárias de contratos de trabalho (contratos «zero horas», a termo, temporários, a tempo parcial, entre outros) também afetam mais as mulheres do que os homens;

- As disparidades ao nível do emprego entre homens e mulheres está a custar cerca de 370 milhões de euros por ano à UE, ou seja, 2,8% do PIB da UE.

- **Exposição de motivos:**

- **O objetivo do presente relatório e das políticas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal em geral não consiste apenas em promover a igualdade entre homens e mulheres no emprego e em outras esferas da vida, mas também em dar às crianças a possibilidade de atingirem o seu pleno potencial**, proporcionando-lhes educação e cuidados de elevada qualidade na primeira infância e o acesso a atividades de lazer e a atividades culturais e desportivas e tempo para passarem com os seus pais.

- Ao longo das últimas décadas, o equilíbrio entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar passou a ser reconhecido como um direito fundamental. Embora já tenham sido tomadas algumas iniciativas tanto a nível europeu como nacional, continua a ser necessário fazer progressos neste domínio, nomeadamente para assegurar que todos consigam conciliar de forma satisfatória a vida pessoal e a vida profissional.

- O Parlamento Europeu decidiu elaborar o presente relatório de iniciativa para reforçar destaque conferido ao debate e incitar a Comissão a acelerar os seus trabalhos neste domínio, em geral.

- **As relatoras estão profundamente preocupadas com o facto de as medidas atualmente em vigor nos Estados-Membros nem sempre melhorarem a situação**, por vezes agravando-a, o que tem um impacto negativo no bem-estar de todas as pessoas, assim como na sua participação no mercado de trabalho e na produtividade.

- Só se poderão **criar condições no mercado de trabalho favoráveis ao equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional e só se poderá lograr uma qualidade de vida se as pessoas tiverem tempo suficiente fora do trabalho para o seu desenvolvimento pessoal, por exemplo através da educação e da formação**, assim como para o lazer.

- **Princípios Gerais [ver página 14 do relatório]:**

- Assinala que o equilíbrio entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar é um conceito abrangente que abrange todas as políticas de carácter legislativo e não legislativo que visem promover um equilíbrio adequado e proporcionado entre os diferentes aspetos da vida das pessoas.

- **Para alcançar um verdadeiro equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional, são necessárias políticas sólidas, transversais, coerentes, estruturais e abrangentes**, que prevejam incentivos e medidas eficazes para fomentar a conciliação entre trabalho, a possibilidade de prestar cuidados e de passar tempo com a família e os amigos e a possibilidade de realizar atividades de lazer e desenvolvimento pessoal.

- **É necessária uma mudança cultural na sociedade, que combata estereótipos associados ao género**, de modo a permitir uma repartição mais equitativa das responsabilidades profissionais e de prestação de cuidados entre homens e mulheres

- A conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar tem de ser garantida enquanto direito fundamental que assiste a todas as pessoas, no espírito da Carta Fundamental dos Direitos Fundamentais da União Europeia, através de medidas destinadas a todos e não apenas a jovens mães, pais ou prestadores de cuidados.

- Considera que **a pobreza infantil está associada à pobreza dos pais e insta, por conseguinte, os Estados-Membros a aplicarem a recomendação sobre a pobreza infantil e o bem-estar das crianças** e a utilizarem o quadro de acompanhamento baseado em indicadores que dela consta.

- **As mulheres e os homens em condições de igualdade quanto aos rendimentos e à prestação de cuidados [ver página 18 do relatório]:**

- Destaca **a necessidade de eliminar as desigualdades de género ao nível do trabalho remunerado e não remunerado e de promover uma partilha equitativa das responsabilidades**, das despesas e da prestação de cuidados relativamente aos filhos e às pessoas dependentes entre homens e mulheres.

- **Tipos de licença por motivos familiares e para a prestação de cuidados [ver página 20 do relatório]:**

- As relatoras apelam a uma maior coerência entre os diferentes tipos de licença ao nível da União e dos Estados-Membros, em cooperação com os parceiros sociais visto que um melhor acesso aos diferentes tipos de licença permite às pessoas beneficiar de licenças em diferentes momentos da sua vida e aumenta a participação no mercado de trabalho, a eficiência e a satisfação no trabalho.

- Destaca a vulnerabilidade acrescida dos pais de crianças com deficiência; insta, por conseguinte, a Comissão a melhorar e a reforçar as disposições da Diretiva 2010/18/UE relativamente às condições de elegibilidade e às regras específicas para a concessão da licença parental às pessoas com filhos com deficiência ou com uma doença grave ou incapacitante a longo prazo; exorta os Estados-Membros, neste contexto, a permitirem que os pais nesta situação possam prolongar a licença parental depois de ultrapassado o limite de idade da criança previsto na diretiva e a concederem períodos suplementares de licença de maternidade, de licença de paternidade (nos países em que exista) e de licença parental.

- **Prestação de cuidados a pessoas dependentes [ver página 22 do relatório]**

- A prestação de cuidados a filhos com deficiência constitui um desafio particular para os progenitores que trabalham, o que deve ser reconhecido pela sociedade e apoiado no âmbito de políticas públicas e de negociações coletivas; insta os Estados-Membros a privilegiarem, no âmbito da prestação de cuidados pré-escolares, não só a acessibilidade, mas também a qualidade desses cuidados, nomeadamente para crianças de meios desfavorecidos e para crianças com deficiências;

- Insta os Estados-Membros a utilizarem as políticas financeiras como poderosa alavanca para melhorar a conciliação entre vida profissional e vida pessoal e para promover o emprego das mulheres, introduzindo de um crédito de imposto para a prestação de cuidados a crianças, a idosos ou a outras pessoas dependentes, com base em benefícios e incentivos fiscais;

- **Emprego de qualidade [ver página 23 do relatório]**

- **Destaca o elevado número de trabalhadores pobres em toda a Europa** e os casos de pessoas que têm de trabalhar mais e durante mais tempo, inclusivamente combinando vários empregos, para alcançarem um salário de subsistência; salienta o quão importante é garantir que o equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional não seja instituído através da criação de condições de trabalho precárias e do aumento dos contratos de trabalho atípicos

- Assinala que **a conciliação entre vida pessoal e vida profissional deve assentar nos direitos dos trabalhadores** e na segurança no mercado de trabalho, bem como no direito ao repouso, sem restrições que resultem de maiores exigências de mobilidade e flexibilidade

- Apoia o **«trabalho inteligente»** enquanto abordagem relativa à organização do trabalho que combina flexibilidade, autonomia e colaboração e que não exige necessariamente a presença do trabalhador no local de trabalho ou em qualquer outro local previamente estabelecido, permitindo aos trabalhadores gerir as suas horas de trabalho, embora garantindo a observância do número máximo de horas diárias e semanais de trabalho estabelecidas pela legislação e pelos acordos coletivos

- **Qualidade de vida [ver página 27 do relatório]**

- Sublinha que as desigualdades ao nível do lazer e a repartição iníqua das responsabilidades entre mulheres e homens têm um impacto no desenvolvimento pessoal das mulheres, na sua aprendizagem de novas competências e línguas, na sua participação na vida social, política, cultural e comunitária e, em especial, na sua situação económica

- Salienta que todas as formas de discriminação das mulheres – incluindo a segregação por género, as disparidades ao nível das remunerações e da pensão de reforma, os estereótipos de género e os elevados níveis de stresse na gestão da vida profissional e da vida pessoal – se refletem na elevada taxa de inatividade física das mulheres e têm um impacto muito significativo na sua saúde física e mental²; destaca a importância de combater os estereótipos através da promoção e da defesa da igualdade de género em todas as fases da educação, logo a partir da escola primária; insta os Estados-Membros e os parceiros sociais a realizarem e apoiarem campanhas de sensibilização e de informação, bem como programas que promovam a igualdade de género e combatam estereótipos

Nota: Há uma opinião minoritária da Beatrix von Storch (EFDD) que volta a referir alguns dados já acima citados. **Ver página 33 do relatório.**

Links úteis: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2016-0253+0+DOC+PDF+V0//PT>

https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1568pt.pdf

Sessão Plenária de Bruxelas - 26 e 27 de Abril

Sobre a situação na Venezuela

- **Sobre a Venezuela e alguns números:**

Capital: Caracas

População: 30 693 827

Regime Político: Ditatorial

- Os medicamentos estão inflacionados mil vezes o valor original;
- O preço cobrado para transportar uma bagagem extra na TAP é de 100 euros;
- Os madeirenses representam 80% (280 mil) da comunidade portuguesa na Venezuela (350 mil);
- 250 toneladas de medicamentos retidos pelo governo, apenas da ajuda proveniente do Brasil;
- Apenas 3 laboratórios fabricam medicamentos para todo o país;
- A 19 de abril realizou-se a "mãe de todas as manifestações" em Caracas. Um Jovem foi baleado na cabeça. Nas últimas duas semanas, em conflitos e manifestações, 6 pessoas morreram e cerca de 200 ficaram feridas.

Mais estatísticas sobre a Venezuela: <https://pt.actualitix.com/pais/ven/estatistica-populacao-venezuela.php>.

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development

Committee on Women's Rights and Gender Equality

Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759

Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759

www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Fonte 1: Público - 1 de Abril de 2017**

Link: <https://www.publico.pt/2017/04/01/sociedade/noticia/madeirenses-querem-sair-da-venezuela-mas-temem-perder-os-bens-de-uma-vida-1767353>

Madeirenses querem sair da Venezuela mas temem perder os bens de uma vida

Agravamento da situação política e económica em Caracas leva muitos madeirenses a ponderarem sair do país. Mas não é uma decisão fácil.

A situação de crise económica, política e social **que se vive na Venezuela está a obrigar a que cada vez mais madeirenses pensem em voltar pensando, na decisão, perder os bens de uma vida.**

Gilda Ferreira esteve 55 anos emigrada na Venezuela e recentemente esteve naquele país para tratar da "pensão do Estado", tendo voltado com a certeza de que lhe basta vender um apartamento para nunca mais voltar.

"Tenho um apartamento e fui lá para tratar dos papéis necessários para o vender e depois não voltar", confessou, justificando a decisão com a situação que se agrava e que está "muito má para conseguir comida", mesmo tendo emprego.

Refere ter conhecimento de que "muita gente anda a tratar dos papéis para poder voltar" à Madeira ou até para assegurar "a nacionalidade portuguesa aos filhos", porque estão "desesperados".

A família que ainda tem na Venezuela está a pensar regressar, mas retornar depende do balanço que se faz entre deixar tudo para trás, ou esperar por melhores dias.

"Há uns que têm dúvidas porque têm negócios, casas, e não conseguem vender e não sabem o que fazer", explica, referindo também a falta de dinheiro para sair do país.

Viviana Gomes tem 26 anos, está na Madeira há um ano e meio e saiu da Venezuela quando "as coisas já não estavam boas" para vir estudar na universidade local.

Mantém contacto com a família que se mantém no país e refere que os pais só esperam uma oportunidade para sair.

"Eles ainda estão lá e estão para sair porque também não é fácil sair, porque na Madeira também há falta de emprego e eles já têm mais de 50 anos", explica, referindo que os pais estão "desejosos" de retornar nem que seja "para outro país europeu".

Reconhece que **a situação "está cada vez pior, com cada vez mais escassez de alimentos, de medicamentos**, de tudo o que se ouve dizer".

Em situação semelhante está Fátima Freitas que ainda com família na Venezuela teve, esta madrugada, de contactar os familiares para saber o que se passava e também reconhece que sair não é tarefa fácil.

"Não se consegue dólares preferenciais, não se arranja maneira de conseguir euros para viajar e os preços das passagens estão muito elevados", explica, para além de que quem queira sair tem de pensar se deixa para trás o local onde vive e o negócio de vida.

- **Fonte 2: Tribuna da Madeira - 18 de Abril de 2017**

Link: <http://www.tribunadamadeira.pt/2017/04/18/presidente-da-venezuela-vai-armar-um-milhao-de-civis/>

Presidente da Venezuela vai armar um milhão de civis

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, vai armar um milhão de civis como elementos da Milícia Nacional Bolivariana. O anúncio foi feito ontem, no palácio presidencial de Miraflores, em Caracas, durante a celebração do 7.º aniversário da Milícia Nacional, um corpo de apoio às Forças Armadas que conta já com centenas de milhares de efectivos.

O objectivo do líder venezuelano é “que hajam milicianos nos campos, universidades, na classe operária, para conseguir um sistema organizado de logística, para garantir a sua dispersão permanente, a habilidade para manejar o sistema de armas, para defender o bairro, o Estado, as costas, os rios, a selva e as cidades”.

“Todo este território tem que ser inexpugnável contra a agressão anti-imperialista”, concluiu Nicolás Maduro.

Este anúncio surge numa altura em que a liderança do presidente venezuelano está a ser fortemente contestada, com os opositores a exigirem a realização de eleições. Nas vésperas da nova manifestação contra Maduro, onze países da América Latina pediram à Venezuela que “garanta” o direito a manifestações pacíficas.

“Apelamos ao Governo da República bolivariana da Venezuela que garanta o direito de manifestação pacífica”, declararam a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai, num comunicado divulgado por Bogotá.

Cinco pessoas morreram e centenas ficaram feridas desde o início de Abril, em manifestações contra o Governo venezuelano que resultaram em confrontos com a polícia.

- **Fonte 3: Jornal Económico - 24 de Março**

Link: <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/maduro-pede-ajuda-a-onu-para-superar-cri-se-de-medicamentos-na-venezuela-138004>

Maduro pede ajuda à ONU para superar crise de medicamentos na Venezuela

O presidente venezuelano não esclareceu o tipo de ajuda que procura ou se as Nações Unidas concordaram em prestar auxílio ao país.

O presidente venezuelano, Nicolas Maduro, afirmou ter pedido ajuda à Organização das Nações Unidas (ONU) para lidar com a carência de medicamentos que assola o país e que se tem agravado à medida que a crise económica se acentua.

“As Nações Unidas têm os planos mais avançados e completos do mundo para recuperar a capacidade de produção da indústria farmacêutica e direcioná-la para medicamentos para as pessoas”, argumentou Nicolas Maduro, em declarações à televisão estatal e citadas pela CNN.

Apesar de não ter feito mais comentários sobre que tipo de ajuda procura ou se as Nações Unidas concordaram em prestar auxílio ao país, o presidente da Venezuela garantiu ter feito pedido tendo em conta que o país sul-americano têm tido uma série de carências nos últimos meses, que se têm acentuado devido à “guerra económica e à queda dos preços do petróleo”.

No ano passado, a inflação da Venezuela subiu para quase 500% e calcula-se que em 2017 aumente para 1.660%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional. O cenário não anima o líder venezuelano e, com o propósito de alterar o caminho que o país tem tomado, reuniu-se na sexta-feira com Jessica Faieta, administradora adjunta e diretora do Programa de Desenvolvimento da ONU na América Latina, informa também o canal britânico.

- **Fonte 4: Diário de Notícias da Madeira - 17 de Abril**

Link: Edição Impressa, página 4 e 5, 17/04/17

Medicamentos para a Venezuela - Solidariedade ou 'Negócio'.

Aumentou o envio de medicamentos da Madeira para várias localidades na Venezuela. As malas de familiares e amigos reservam espaço para o que tanta falta faz naquele país latino-americano. Mas há também agências de olho nesta oportunidade de negócio e as farmácias, que estão a faturar.

Bruno Olim, representante da delegação regional da Ordem dos Farmacêuticos, alerta para eventuais situações catastróficas: e se faltarem medicamentos na Madeira? O responsável sugere também a implementação de um "canal legal" para fazer chegar os fármacos aos seus destinatários.

O assunto é suscetível de gerar melindres. Como a questão da legalidade dos processos e dos beneficiários, para além de nebulosa situação na Venezuela, onde tudo é regateado e onde os 'medicamentos da Madeira' poderão estar a ser revendidos com margens desonestas.

Inflação de 1000%

Na Venezuela são necessários 53 salários mínimos para voar até à Europa. E é precisamente pelo aeroporto que os medicamentos têm conseguido furar as barreiras alfandegárias colocadas por Nicolas Maduro, **numa altura em que vários fármacos já sofreram uma inflação na ordem dos 1000% naquele país sul-americano. São cerca de 350 mil portugueses, 80% dos quais originários do arquipélago da Madeira,** que vivem atualmente no limiar da saúde e anseiam pela distribuição de toneladas de medicamentos retidos pelo governo.

Alguns luso-descendentes têm, maioritariamente nas épocas altas, como verão e natal, viajado para a Região para adquirir fármacos em grandes quantidades, dada a inexistência no mercado ou pela já referida inflação. O objetivo passa por salvaguardar a própria saúde e a dos familiares radicados no país, existindo casos nas compras de medicamentos para o colesterol com a estimativa para dois anos. Existem também pessoas que têm procurado tratamentos na Colômbia e no Brasil, deixando as suas casas e procurando sobreviver.

A procura por fármacos na Madeira já era normal, mas desde que Maduro tomou as rédeas do governo, a instabilidade social e económica despoletou medidas que levaram, por exemplo, à **recusa de ajudas humanitárias para esconder a crises, como é o caso das 250 toneladas de ajuda proveniente do Brasil que continuam em 'stock'**. Carlos Teixeira, luso-venezuelano e ativista político, natural da Madeira mas atualmente a residir em Caracas, explica que "há gente a morrer por falta de medicamentos imprescindíveis e só quem tem sorte de ter família de fora" pode evitar o mesmo destino fatídico que já vitimou centenas de doentes oncológicos.

"**A droga entra mais facilmente no país do que medicamentos**", alerta Carlos, que descreve um cenário catastrófico "que a televisão local não informa porque é censurada". De acordo com o político "ajudar as pessoas é, praticamente, fazer contrabando, porque temos de transportar os medicamentos no avião, dentro de malas e entre a roupa, como se tivéssemos a cometer algum delito".

Sem acesso a doações, a situação chegou a este ponto porque a produção interna não tem capacidade para cobrir as necessidades do povo venezuelano e atualmente existem apenas 3

laboratórios a fabricar medicamentos para todo o país, onde mesmo assim só produzem analgésicos ou xaropes. “O governo tinha uma dívida muito grande com os laboratórios internacionais e cortaram-nos o crédito, tal como as empresas de aviação. As companhias internacionais já não voam para o país”, salientou o ex-professor.

Segundo o seu relato, “as fronteiras estão cada vez mais difíceis de transpor, quer pela água ou pelo ar, porque muitos militares são sócios dos contrabandistas”, num compromisso que se reflete no preço praticado pelo mercado negro, onde “infelizmente tem-se de recorrer para quase tudo”, num país onde “o consumo é controlado, não temos liberdades de opção nem promoções”, socorrendo-se do exemplo do pão e das padarias que só podem produzir “o que o governo quer que elas façam”.